

## Debate sobre regras emergenciais em tempos de Covid-19 foi destaque

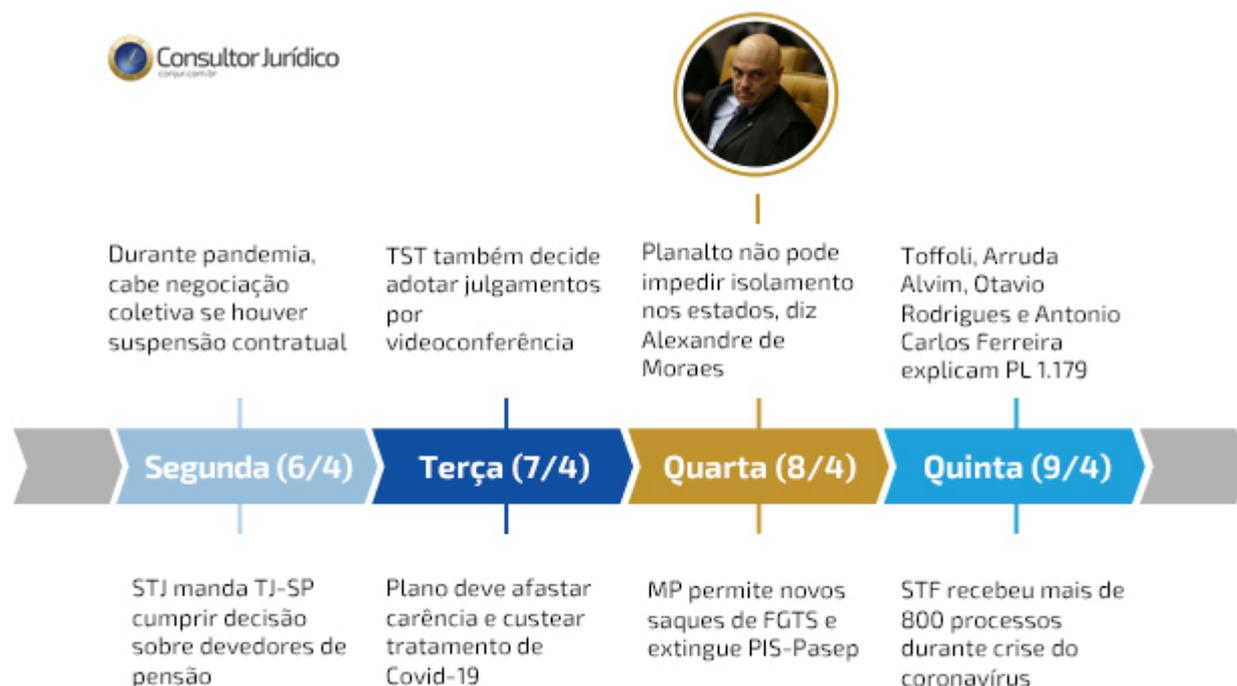
O momento vivido com a pandemia do coronavírus é excepcional e trouxe para o campo jurídico a necessidade de estabelecer regras transitórias para garantia do funcionamento do país e da segurança ao cidadão. Neste âmbito, o Projeto de Lei 1.179/2020, [recém-aprovado](#) no Senado, foi primoroso e deve ser comemorado.

A análise foi unânime entre juristas e estudiosos reunidos virtualmente nesta quinta-feira (9/4). O [debate foi transmitido](#) pela **TV ConJur**, no primeiro vídeo da série *As regras emergenciais em tempos de Covid-19*. Participaram o presidente do STF, ministro **Dias Toffoli**; o ministro **Antonio Carlos Ferreira**, do STJ; e os professores **Arruda Alvim** (PUC-SP) e **Otávio Luiz Rodrigues Jr.** (USP).

O projeto de lei foi debatido intensamente nas últimas semanas — num [esforço conjunto](#) entre o Judiciário e o Legislativo. O objetivo, disse Toffoli, era lidar com os “conceitos jurídicos, códigos e matérias já consolidada sem atrapalhar a jurisprudência e a continuidade dos conceitos do Direito Privados, que são milenares”.

Para isso, a solução encontrada foi não alterar os códigos já em vigor, sob o risco de invadir conceitos jurídicos definidos, mas sim tratar do caráter transitório, suspendendo temporariamente leis enquanto durar a epidemia do coronavírus no Brasil.

A série de debates da **ConJur** destina-se a apontar as soluções mais viáveis, do ponto de vista jurídico, [leitura de pesquisa de](#)



## TV ConJur

Veja o que foi publicado nesta semana em nosso [canal do YouTube](#):

[Seminário da ConJur explica regras de transição na epidemia](#)

[Licença parental igualitária equaliza o trabalho, diz Peduzzi](#)

[STF recebeu mais de 800 processos durante crise do coronavírus](#)

[Veja o debate sobre regras emergenciais em tempos de Covid-19](#)

[Toffoli, Arruda Alvim, Otavio Rodrigues e Antonio Carlos explicam PL 1.179](#)

[Força-tarefa precisa deixar de ser corpo isolado no Ministério Público](#)

[Peduzzi não vê prejuízo na extinção do Ministério do Trabalho](#)

[É preciso corrigir os vícios da delação premiada, diz Aras](#)

[Veja a íntegra da entrevista com o ministro Luís Roberto Barroso](#)

[MP que permite suspensão de contrato de trabalho foi destaque](#)

[Queda nas ações trabalhistas se estabilizou nos 30%, diz Peduzzi](#)

[Veja a íntegra da entrevista com Felipe Santa Cruz](#)

## Frase da semana

Não compete ao Poder Executivo federal afastar, unilateralmente, as decisões dos governos estaduais, distrital e municipais que, no exercício de suas competências constitucionais, adotaram ou venham a adotar, no âmbito de seus respectivos territórios, importantes medidas restritivas como a imposição de distanciamento/isolamento social, quarentena, suspensão de atividades de ensino, restrições de comércio, atividades culturais e à circulação de pessoas, entre outros mecanismos reconhecidamente eficazes para a redução do número de infectados e de óbitos”,

**Ministro Alexandre de Moraes**, do STF, ao [decidir](#) que o Planalto não pode impedir isolamento nos estados.

## Entrevista da semana

Spacca



"Minimalismo judicial e respeito aos precedentes são antídotos contra o

ativismo", afirma a presidente do TST, ministra Maria Cristina Peduzzi.

Em [entrevista](#) exclusiva à **ConJur**, a ministra afirma que "a lei é protecionista naquilo que deve ser", como na proteção às mulheres grávidas e lactantes.

"A lei deve, quando é necessário, proteger. Mas não o juiz. O juiz tem que ser isento. O juiz não é protetor de A ou B. Porque advogado pode ter paixão, e até deve, na defesa do seu cliente e da causa, mas o juiz tem que ter celeridade, neutralidade, equilíbrio e equidistância das partes. E tem que aplicar a

Audiência

De 3 a 9/4



4,2 milhões

número de visualizações  
de página na ConJur



2,2 milhões

número de visitantes  
na página

Fonte: Google Analytics

Com 268,7 mil acessos, a [notícia mais lida](#) discute a decisão

---

da desembargadora que permitiu que um trabalhador sacasse seu FGTS em razão do estado de calamidade, decretado por causa do coronavírus.

Advogados consultados pela **ConJur** divergem se as quantias podem ser levantadas por meio de pedido feito diretamente a uma agência da Caixa Econômica Federal ou se é necessário fazer um requerimento à Justiça do Trabalho.

A desembargadora levou em consideração o artigo 20, XVI, alínea a, da Lei 8.306/90, que trata das situações em que o saque do FGTS é autorizado.

Com 135,5 mil visualizações, a [segunda notícia](#) mais lida mostra a decisão do ministro Gilmar Mendes suspendendo trecho de lei que aumentou o piso a partir do qual se concede o Benefício de Prestação Continuada (BPC) a famílias de idosos ou pessoas com deficiência. Segundo o ministro, medidas legislativas aprovadas sem a devida adequação orçamentária e financeira devem ser suspensas.

### As dez mais lidas

[Advogados divergem sobre pedido de resgate do fundo: à Justiça ou à Caixa?](#)

[Gilmar Mendes suspende lei que aumentou limite de renda para acesso ao BPC](#)

[Está em vigor MP que permite suspensão de contrato e corte de salários](#)

[Partido vai ao Supremo contra MP que permite redução de salários](#)

Resumo da Semana: [MP que permite suspensão de contrato de trabalho foi destaque](#)

[Toffoli confirma suspensão de decreto que restringia circulação de idosos](#)

[Trabalhador pode sacar FGTS em estado de calamidade, diz desembargadora](#)

[Advogado envia ao STF notícia-crime contra Bolsonaro por superfaturamento](#)

[Isenção de IPI pode ser analisada mesmo sem registro de deficiência na CNH](#)

[Plenário do Supremo vai analisar ação sobre suspensão de precatórios](#)

### Manchetes da Semana

[Toffoli, Arruda Alvim, Otavio Rodrigues e Antonio Carlos Ferreira explicam PL 1.179](#)

[Planalto não pode impedir isolamento nos estados, diz Alexandre de Moraes](#)

[Medida Provisória permite novos saques de FGTS e transfere recursos do PIS-Pasep](#)

[Plano de saúde deve afastar período de carência e custear tratamento de Covid-19](#)

[Sindicatos poderão deflagrar negociação coletiva caso haja suspensão contratual](#)

[Sebastião Reis Júnior admite Defensoria como custos vulnerabilis em caso penal](#)

[Competência para julgar perda de cargo de promotor é do Tribunal de Justiça](#)

[Cristina Peduzzi: "Minimalismo e respeito aos precedentes são antídotos contra o ativismo judicial"](#)

[Adiar vigência da LGPD pode produzir insegurança jurídica, alerta especialista](#)

[Senado aprova projeto que prevê mudança temporária no Direito Privado na epidemia](#)

[Necessidade de honorários não justifica retomada de prazo durante a epidemia](#)

### Date Created

11/04/2020